



HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COMPANHIA ABERTA

CNPJ 30.540.991/0001-66

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AGO

Os Administradores da Haga S.A. Indústria e Comércio, nos termos da legislação societária e normas da CVM vigentes, submetem à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2022, nos termos a seguir:

I) AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA E O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES, RELATIVO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pelos Auditores Independentes - **LMPG** Auditores Independentes - submetidos previamente à manifestação do Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de março de 2022, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia.

O Conselho de Administração recomenda aos Acionistas da Companhia que examinem estes documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e, caso necessário, solicitem previamente esclarecimentos sobre eventuais dúvidas, a fim de deliberarem sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório de Administração.

Apresentamos como **ANEXO I** da presente proposta, os comentários dos administradores acerca da situação financeira da Companhia.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia correspondem ao item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM 480/2009, conforme determina o Art. 9º, inciso III, da instrução CVM 481/2009.

II) DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

O Resultado Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021, foi na ordem R\$ 8.022.131 (oito milhões vinte e dois mil cento e trinta e um reais) contra 5.577.962 (cinco milhões quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e dois reais) em 31/12/2020.

As informações referentes ao Resultado Líquido estão devidamente refletidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as quais foram divulgadas nos termos da legislação vigente. Estão apresentadas no **ANEXO II** as informações requeridas pelo "Anexo 9-1-II", conforme Artigo 9º Parágrafo Único, incisos I e II da instrução CVM 481/2009.

III) REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA EXECUTIVA.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia a remuneração mensal global dos Administradores em até R\$ 99.144,00 (noventa e nove mil cento e quarenta e quatro reais), corrigida anualmente no mínimo pelo reajuste da categoria e acrescida, quando aplicável, do pagamento de despesas de INSS, FGTS, férias, 13º e participação nos resultados.

As informações requeridas no Art. 12 da Instrução CVM 481/2009, item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/2009, estão disponíveis no **ANEXO III** da presente proposta.

IV) BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA.

Conforme previsto no artigo 21-A e seguintes da instrução CVM 481/2009, os acionistas da Companhia poderão encaminhar suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia, mediante o preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância (BVD).

Nova Friburgo, 17 de março de 2022.

José Luiz Abicalil
Diretor de Relações com Investidores

ANEXO I

ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Haga S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o resultado de suas operações, as mutações do seu passivo a descoberto, os seus fluxos de caixa e seus valores adicionados nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Resultado Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021, foi na ordem R\$ 8.022.131 (oito milhões vinte e dois mil cento e trinta e um reais) contra 5.577.962 (cinco milhões quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e dois reais) em 31/12/2020, resultante, em parte, do reconhecimento proporcional da repactuação do passivo junto ao do junto ao credor Banco do Brasil S.A. na ordem de R\$ 6.041.403 (seis milhões quarenta e um mil, quatrocentos e três reais). Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2018.

CONSOLIDADO	2021	2020	2019
Receita Líquida em R\$	41.634,000	29.814.860	23.551.592
Lucro líquido em R\$	8.022.131	5.577.962	2.504.245
Margem Líquida	19,27%	18,71%	10,63%

O nível de atividade da Companhia segue refletido pelos indicadores do desempenho industrial na Economia Brasileira, em especial, pela indústria da construção civil, devidamente comentada no item conjuntura econômica.

CONSOLIDADO	2021	2020	2019
Receita Líquida em R\$	41.634,000	29.814.860	23.551.592
Custo do Produto Vendido	29.620.154	21.424.426	18.421.221
CPV / Receita Líquida	71,14%	71,86%	78,22%

O Custo do Produto Vendido de 71,14 % sobre a Receita Líquida em 2021 contra 71,86 % em 2020, reflete os esforços da administração da Companhia em conter os insistentes aumentos de custos ocorridos de forma generalizada. A redução da incidência dos custos da Mão de Obra

direta e de Outros Gastos de Fabricação, representa uma maior eficiência e produtividade no período, enquanto materiais, apresenta forte majoração 41,19% em 2021, contra 36,87% em 2020, segue pressionado com os fortes reajustes aplicados pelos principais fornecedores de insumos, tais como Zamac, Alumínio, latão, Aço e seus derivados, papelão e produtos químicos.

O mercado de commodities metálicas, como Alumínio, Cobre, Níquel e principalmente do Zinco, insumos de uso intensivo em nossos produtos, tem apresentado a partir do segundo semestre de 2020 uma crescente variação em suas cotações na London Metal Exchange - "LME", eis que sensíveis aos atuais movimentos especulativos da economia mundial, agora mais fortemente impactada pelo conflito Rússia versus Ucrânia.

Consolidado	2021	2020	2019
Capital de Giro	20.531.682	21.206.882	21.846.690
Índice de Liquidez Corrente	1,703	1,758	1,933
Caixa	37.608.167	33.553.066	35.479.485
Prejuízos Acumulados	(80.869.640)	(88.891.771)	(94.469.733)
Patrimônio Líquido	(61.906.417)	(69.928.548)	(75.506.510)

O patrimônio líquido Negativo, derivado de prejuízos acumulados em exercícios anteriores a 2008, volta a apresentar regressão, de (-) R\$ 69.928.548 em 31 de dezembro de 2020, para (-) R\$ 61.906.417 em 31 de dezembro de 2021, sinalizando que a reversão vem ocorrendo de forma gradativa, tendendo a ser totalmente revertido no longo prazo, pelo resultado da aplicação das seguintes medidas: 1 - Repactuação do passivo; 2 - Retenção de lucros.

Consolidado	2021	2020	2019
Receita Líquida em R\$	41.634.000	29.814.860	23.551.592
Estoque	5.987.139	5.664.268	3.486.685
Giro	6,95	5,26	6,76

O nível de estoques de R\$ 5.987.139 em 31 de dezembro de 2021 contra R\$ 5.664.368 em 31 de dezembro de 2020, se encontra adequado ao volume de vendas e de produção, porém sujeitos a ruptura por escassez no mercado em função da atual volatilidade global.

Consolidado	2021	2020	2019
Receita Líquida em R\$	41.634.000	29.814.860	23.551.592
Despesas com Vendas	5.023.192	3.510.957	3.233.427
	12,07%	11,78%	13,73%
Despesas Administrativas	4.549.275	3.965.878	3.918.305
	10,93%	13,30%	16,64%

As despesas com vendas se encontram adequadas ao nível da atividade e da estratégia adotada pela Companhia, R\$ 5.023.192, 12,07% da receita líquida contra R\$ 3.510.957, 11,78%, em 2020, visto que as despesas fixas seguem diluídas em maior escala, mediante ao aumento da receita líquida. As despesas Administrativas e Gerais de R\$ 4.549.275 10,93%, contra R\$ 3.965.878, 13,30% da receita líquida no ano de 2020, seguem condizentes com o porte e com o nível de exigências legais e operacionais da Companhia - condição que não permite em curto prazo, redução significativa nos seus custos.

1. INVESTIMENTO

Os investimentos realizados no exercício encerrado em 31/12/2021, na ordem de R\$ 1.682.719 (um milhão seiscentos e oitenta e dois mil, setecentos e dezenove reais), foram destinados, na quase totalidade, na aquisição e modernização de máquinas e equipamentos e no desenvolvimento de novos produtos.

CONSOLIDADO	2021	2020	2019
Lucro líquido em R\$	8.022.131	5.577.962	2.504.245
Investimento	1.682.719	1.324.524	1.366.624
	20,98%	23,75%	54,57%

Grande parte dos bens adquiridos nos últimos anos encontram-se desembaraçados e livres de quaisquer ônus, ao contrário daqueles outros anteriores, comprometidos em garantia de execuções fiscais.

Apesar do Patrimônio Líquido Negativo em 31 de dezembro de 2021 indicar que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar obrigações de longo prazo, a Administração da Companhia, no curto prazo, não vê risco de descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, dos lucros auferidos em exercícios anteriores, da equalização do passivo - principalmente das obrigações relacionadas às rubricas de Empréstimos e Financiamentos, mesmo com a incerteza que se estabelece em função das sanções econômicas impostas a Rússia visto a invasão na Ucrânia, que tem provocado alta volatilidade dos mercados financeiros e de suprimentos de insumos primário.

Enquanto alguns débitos encontram-se pendentes de solução e de decisão

judicial, utilizando exclusivamente recursos próprios, a Companhia continua amortizando e administrando dívidas contraídas em administrações anteriores

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

b. estrutura de capital

O capital é de R\$ 10.353.000,00 (Dez milhões e trezentos e cinquenta e três mil reais), totalmente integralizado e dividido em 11.900.000 (Onze milhões e novecentas mil) ações nominativas, das quais 3.966.667 (três milhões novecentas e sessenta e seis mil seiscentas e sessenta e sete) são ordinárias e 7.933.333 (sete milhões novecentas e trinta e três mil trezentas e trinta e três) são preferenciais, todas sem valor nominal.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossas maiores necessidades de recursos são para: (i) pagamento dos custos dos produtos vendidos; (ii) cumprimento do cronograma de pagamentos de parcelamentos tributários, de acordos judiciais e administrativos; (iii) pagamento dos impostos diretos e indiretos relacionados as nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), IPI, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.

A principal fonte de recursos é o caixa gerado por meio da atividade operacional.

Acreditamos que os recursos existentes e a geração de caixa operacional serão suficientes para as necessidades de liquidez dos compromissos financeiros e a administração do passivo circulante, sobretudo referente às rubricas de Empréstimos e Financiamentos para os próximos 12 meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Atualmente a Companhia só utiliza a sua própria geração de caixa como a única fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Acreditamos que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro para o corrente exercício.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

- (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, e, especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo com essas restrições.
- (ii)

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.2021	31.12.2020	
Bancos Privados	20.754.086	20.754.086	a
Banco do Brasil S/A	5.991.890	12.055.912	b
	26.745.976	32.809.998	
Parcelas de curto prazo	(20.776.705)	(20.776.705)	
	5.969.271	12.033.293	

a) empréstimos contratados com Bancos, vencidos em períodos anteriores a dezembro de 1991, com direito de cobrança prescritos, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos.

b) Em 28 de dezembro de 2018 a Companhia e o credor exequente Banco do Brasil S.A. entabularam transação, pela qual ajustaram prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta meses), retroativo a 31.10.2018, das parcelas vincendas representadas nas alíneas B e C da cláusula 3ª do aditivo ao acordo de 21.08.2009 assinado em 21 de Novembro de 2011, nos autos da Execução nº. 00000763.1990.8.19.0037(1990.037.016790-3), com última parcela a vencer em 13.11.2023. Todas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente Aditivo permanecem vigentes, conforme Aditivo firmado em 21/11/2011, ficando ratificado o título e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009 e de 21 de novembro de 2011. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 28 de dezembro de 2018, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 6.041.403.

Não há operações de Empréstimos e financiamentos na controlada.

g. limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Atualmente a Companhia não dispõe de contratos de financiamentos.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houve alterações relevantes no conjunto das demonstrações financeiras.

10.2 Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial: i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita; ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Cenário Macroeconômico:

Em 2021 o crescimento do PIB no Brasil fechou em 4,5% enquanto o industrial ficou em 4,3% e serviços em 4,6%, ao passo que as projeções para o ano de 2022 seguem com 0,3% para o PIB geral, (-) 0,5 na indústria e -0,6% em serviços, conforme relatório Focus - Banco Central - quadro síntese Bradesco de fevereiro de 2022, com a Taxa SELIC no final do período em 12,0% e o IPCA em 5,50%, - condição altamente restritiva ao crescimento.

O índice de confiança do Consumidor (ICC) do FGV/IBRE que vai de 0 a 200 subiu para 75,5 pontos (0,6 ponto em dezembro). Em médias móveis trimestrais, o índice variou 0,1 ponto, para 75,6 pontos, após três meses consecutivos de queda. A confiança do consumidor fecha 2021 em queda de 2,6 pontos. Foi um ano difícil para os consumidores, principalmente para os de menor poder aquisitivo. O descolamento entre a confiança dos consumidores de baixa renda dos de alta renda atingiu o maior nível da série dos últimos 17 anos, principalmente em função da dificuldade financeira dos consumidores de menor nível de renda diante do quadro de desemprego elevado, inflação de dois dígitos, taxa de juros em alta e aumento do endividamento. 2022 será um ano desafiador tanto para a melhora da confiança geral quanto para a diminuição da desigualdade na percepção dos desafios econômicos por famílias com diferentes níveis de renda e agora, mais impactadas por uma nova instabilidade global com o advento da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

O pessimismo está de volta à economia brasileira colocando em xeque o investimento produtivo: o ICEI que representa o índice de confiança do empresário industrial que chegou a 101,6 em julho de 2021 baixou para 91,6 pontos em janeiro de 2022; a massa salarial e o rendimento médio real seguem em tendência de queda. Conforme Indicadores Industriais dezembro de 2021 da CNI.

Conforme pesquisa PIM-PF - Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção industrial cai 2,4% em janeiro frente ao mês anterior e fica abaixo do patamar pré-pandemia, eliminando assim grande parte do avanço de 2,9% registrado em dezembro de 2021. Com isso, a indústria se encontra 3,5% abaixo do patamar de antes do início da pandemia, em fevereiro de 2020, e 19,8% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011. No confronto com o mesmo mês do ano anterior, a queda foi de 7,2%. É o que aponta a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada em 09 de março de 2022 pelo IBGE, confirmando a perda de dinamismo da indústria.

Outro indicador que nos chama atenção são os preços das indústrias, que, conforme pesquisa do IBGE IPP janeiro de 2022, fechou em 1,18%, acumulado em doze meses de 25,51%, resultado que, quando comparado com o IPCA, demonstra claramente a dificuldade em repassar aumentos de custos dos insumos e das matérias primas aos preços de produtos finais.

O alto custo de insumos e de matérias primas vai continuar atrapalhando a indústria como um todo.

O Banco Central projeta continuar atuando na política monetária através da taxa de juros, para combater a crescente inflação cujo movimento poderá afetar negativamente a expectativa de crescimento do PIB.

O programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) - Capital, RMF e Municípios destinados a favorecer a aquisição da casa própria por uma camada maior da população, passível de revisões em função do orçamento geral da União, deverão ser mantidos nos próximos anos, ante ao grande déficit habitacional na ordem de 5,7 milhões de moradias.

A administração da companhia permanece se movimentando em busca de outras oportunidades viáveis, afins com a força instalada de venda, canais de venda e processos de industrialização existentes em seu parque fabril, focada no objetivo de obter novas receitas em possíveis outros segmentos do mercado.

Ainda é importante destacar o contínuo grau de informalidade existente no mercado da construção civil, situação já mencionada em relatórios anteriores.

Os preços do setor caracterizam-se por variações graduais ao longo do tempo, devido, primordialmente, aos seguintes fatores: (i) variações no custo do produto vendido - matéria prima - mão de obra e energia elétrica; e (II) aumento ou redução na demanda por produtos de maior valor agregado por conta do crescimento, grau de confiança na política econômica, oferta de crédito ou ainda em função da capacidade de endividamento da população economicamente ativa.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as vendas perderam folego no último trimestre do ano, impactadas pela inflação em dois dígitos, perda de renda, taxa de juros e volatilidade cambial.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 os preços dos insumos (materiais) foram impactados pela variação cambial que exerce efeito direto nos custos de insumos com variações atreladas a "LME" referente aos metais não ferrosos. Os Juros a partir do terceiro trimestre passaram a gerar efeitos negativos na atividade econômica.

A Companhia procurou adotar, desde o último trimestre, uma política de atenção aos preços dos produtos comercializados, haja vista o forte aumento da concorrência predatória e da redução das atividades no segmento da construção civil. Outrossim, a direção da Companhia mantém-se atenta à realidade presente.

10.3. Os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não relevante

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício do ano de 2021 não houve aquisição ou alienação de participação societária.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 Opinião dos Diretores sobre

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações contábeis individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis têm sido aplicadas de modo consistente com todos os períodos apresentados em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 não ocorreram efeitos significativos que mereçam destaque.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Nos últimos 3(três) exercícios sociais não constaram ressalvas nos relatórios dos auditores.

10.5. Opinião dos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como:

provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos, desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I - Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência dos produtos aos compradores, assim como os riscos, direitos e obrigações estes inerentes.

II - Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

III - Provisão para perdas em crédito:

A provisão para perdas em crédito foi constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

IV - Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

V - Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

VI - Investimentos:

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP-Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás. Na controlada, compreende também o investimento em sua subsidiária integral Fullmetal Indústria e Comércio S.A., ajustado periodicamente pelo valor correspondente aos resultados líquidos desta, tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. O investimento da empresa controlada foi eliminado em contrapartida ao patrimônio líquido da controladora.

VII - Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos.

VIII - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação específica vigente.

IX - Empréstimos e financiamentos:

Os financiamentos com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, permanecem congelados em função da prescrição no direito de cobrança judicial.

X - Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

XI - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

XII - Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência e pela repactuação de passivo junto a instituições financeiras.

XIII - Lucro (Prejuízo) por ação:

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos. ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos. iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços. iv. contratos de construção não terminada. v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos realizados no exercício encerrado em 31/12/2021, na ordem de R\$ 1.682.719 (Um milhão seiscentos oitenta e dois mil, setecentos e dezenove reais), foram destinados, na quase totalidade, na aquisição de novas máquinas e equipamentos e no desenvolvimento de novos produtos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia seus projetos de investimento com geração própria de caixa.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não teve desinvestimentos nos últimos exercícios sociais, bem como, não tem previsão para tal em 2022.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Até o momento, inexistem previsões relevantes de investimentos para o aumento da capacidade de produção; as instalações atuais ainda são capazes de suportar a necessidade de produção esperada para os próximos anos.

c) Novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

No limite da capacidade de investimento desenvolvemos constantemente atualizações dos atuais produtos e até novos modelos complementares como parte de renovação e melhoria do portfólio, sempre considerando a força de vendas, pontos de vendas e formas de distribuição, não havendo no momento investimentos relevantes e consideráveis.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que possam influenciar de forma relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

ANEXO II

ARTIGO 9º, §1º, II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O Resultado Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021, foi na ordem R\$ 8.022.131 (oito milhões vinte e dois mil cento e trinta e um reais) que se soma ao prejuízo acumulado e ao patrimônio líquido negativo.

A Administração da Companhia submete à Assembleia, recomendando a sua aprovação, nos termos do parágrafo único do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 que o resultado do exercício deva ser, necessariamente, absorvido pelos prejuízos acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem, se existentes.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Em 2021 a Companhia não declarou dividendos e nem juros sobre capital próprio.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Em 2021 a Companhia não distribuiu lucro líquido do exercício.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não foi distribuído dividendo em exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Em 2021 a Companhia não distribuiu lucro líquido do exercício.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos anteriores.

Em 2021 não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (Três) exercícios anteriores.

	2021	2020	2019
Lucro/Prejuízo líquido em R\$	8.022.131	5.577.962	2.504.245

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (Três) exercícios anteriores.

Não houve distribuição de dividendo e juros sobre capital próprio nos três últimos exercícios anteriores.

Item 8 a 16, não aplicável a Companhia.

ANEXO III

PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

É proposta a fixação da verba global mensal destinada à remuneração dos administradores da Companhia de até R\$ 99.144,00 (noventa e nove mil cento e quarenta e quatro reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social, corrigida anualmente no mínimo pelo reajuste da categoria e acrescida quando aplicável, do pagamento de despesas de INSS, FGTS, férias, 13º e participação nos resultados.

O montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o acúmulo de funções, o tempo dedicado, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores.

INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês, abordando os seguintes aspectos.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos administradores é calculada na forma da lei e adequada ao porte da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A remuneração é composta por honorários fixos mensais para o Conselho de Administração e salário mensais para a Diretoria estatutária no limite da verba global aprovada.

O objetivo da remuneração estabelecida é compensar adequadamente a competência e a responsabilidade alinhada aos interesses e disponibilidade da Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não se aplica

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Por se tratar de Diretores empregados seus salários são reajustados com base nas respectivas convenções coletivas e na evolução da verba global aprovada assim como os membros do Conselho de Administração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A razão para composição da remuneração é em função da situação e disponibilidade da Companhia e o vínculo dos executivos, grau de responsabilidade e atribuições.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do emissor

Não estabelecida

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- | | |
|-----------|--|
| a. | Órgão |
| b. | Número de membros |
| c. | Remuneração segregada em: |
| I) | Remuneração fixa anual, segregada em: |
| • | Salário ou pró-balore |
| • | Benefícios diretos e indiretos |
| • | Remuneração por participação em comitês |

- Outros
 - II) Remuneração variável, segregada em:
 - Bônus
 - Participação nos resultados
 - Remuneração por participação em reuniões
 - Comissões
 - Outros
 - III) Benefícios pós-emprego
 - IV) Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
 - V) Remuneração baseada em ações
- d. Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
- e. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores de Remuneração reconhecidos no exercício social de 2019, 2020 e 2021 referentes ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

ANO 2019	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	167.760,00	821.742,00
- Honorários / Pró Labore	139.800,00	613.790,00
- Encargos Sociais	27.960,00	207.952,00
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)		

NO 2020	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	247.860,00	792.836,00
- Honorários / Pró Labore	206.550,00	592.199,00
Encargos Sociais	41.310,00	200.637,00
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)		

NO 2021	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	360.000,00	946.678,00
- Honorários / Pró Labore	300.000,00	707.109,00
Encargos Sociais	60.000,00	239.569,00
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)		

Valores de Remuneração previstos para o exercício social de 2022 referentes ao Conselho de Administração e Diretoria Estatutária:

ANO 2022	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	424.932,00	1.118.725,00
- Honorários / Pró Labore	354.110,00	835.618,00
- Encargos Sociais	70.822,00	283.107,00
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)		

NA - Não aplicável

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

Não aplicado remuneração variável nos três últimos exercícios. A verba global proposta para o exercício de 2022 é de R\$ 99.144,00, mensais, acrescida de encargos.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

a. **Termos e condições gerais:**

Não aplicável

b. **Principais objetivos do plano:**

Não aplicável

c. **Forma como o plano contribui para esses objetivos:**

Não aplicável

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

Não aplicável

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

Não aplicável

f. Número máximo de ações abrangidas:

Não aplicável

g. Número máximo de opções a serem outorgadas:

Não aplicável

h. Condições de aquisição de ações:

Não aplicável

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Não aplicável

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

Não aplicável

k. Forma de liquidação:

Não aplicável

L. restrição à transferência das ações:

Não aplicável

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Não aplicável

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Não aplicável

13.5. Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela

Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Em atendimento a Lei nº 6.404/76, os membros do Conselho de Administração possuem as seguintes quantidades e espécies de ações emitidas pela Companhia:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
MEMBROS	ON	PN
JOSE LUIZ ABICALIL	-	296
ANTONIO RANHA DA SILVA	300	-
RONALDO LOBIANCO	-	390
BRAULIO REZENDE FILHO	100	
NEY COELHO RODRIGUES	100	-

Os Membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários não possuem ações da sociedade controlada "subsidiária Integral".

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria Executiva.

13.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

Não aplicável.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais.

Não aplicável.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação; c. modelo utilizado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se outras características da opção foi incorporada na mensuração do valor justo.

Não aplicável.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, a diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. Órgão
- b. Número de membros
- c. Valor da maior remuneração individual
- d. Valor da menor remuneração individual
- e. Valor médio de remuneração individual

Remuneração relativa aos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021, do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária sem Encargos:

ANO 2019	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual/ano	27.960	397.565
Valor da menor remuneração individual/ano	27.960	216.225
Valor médio de remuneração individual/ano	27.960	306.895

ANO 2020	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual/ano	41.310	347.921
Valor da menor remuneração individual/ano	41.310	244.278
Valor médio de remuneração individual/ano	41.310	296.094

ANO 2021	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual/ano	60.000	448.536
Valor da menor remuneração individual/ano	60.000	258.573
Valor médio de remuneração individual/ano	60.000	353.554

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

Não há arranjos contratuais, para os administradores empregados. Eventual indenização será com base na legislação vigente a época, bem como estabelecido em acordo coletivo da categoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve qualquer outra remuneração que não da função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável, a Companhia não remunera membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária de sociedades controladas diretas ou indiretas.

13.16 Outras Informações Relevantes.

Não existem outras informações relevantes.